

Assim, afrontado o princípio do devido processo legal, o que implica na nulidade do processo administrativo disciplinar a partir da não convocação para opção por um dos cargos.

ANTE O EXPOSTO, inexistindo convocação para optar por um dos cargos, **DEFIRO**, em parte, o pedido da Requerente, para anular o processo administrativo disciplinar nº SEJ-031/2005-JB a partir da fase em que a Peticionante deveria ser chamada para optar por um dos cargos e, em consequência, anulo o ato de demissão constante do processo administrativo disciplinar mencionado.

Determino, ainda, que a Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos notifique a Requerente para, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, optar pelo Cargo efetivo de Auxiliar Técnico, matrícula nº 84.941-3 ou pelo cargo de Professora Classe "A", Nível I, matrícula nº 068.940-0 e, na hipótese de omissão da Peticionante, aí sim instaurar o competente processo administrativo disciplinar.

Encaminhe-se o presente processo inicialmente à Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos para adoção das providências cabíveis, dentre elas a notificação da Requerente para optar por um dos cargos. Após, envie-se o processo à Secretaria Estadual de Educação para conhecimento.

Publique-se.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 06 de julho de 2006.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí



O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 110010:000613/06, oriundo da Secretaria de Governo,

RESOLVE anular o decreto que demitiu a servidora **MARIA DO SOCORRO PINTO DE SOUSA**, dos cargos efetivos de Auxiliar Técnico, Matrícula nº 84.941-3 e de Professora Classe "A", Nível I, Matrícula nº 068.940-0, respectivamente, do quadro de pessoal da Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos e da Secretaria da Educação e Cultura.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 06 de julho de 2006.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

P. P. 2465



Estado do Piauí
Secretaria de Governo
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 04/GSG

O Secretário de Governo do Estado do Piauí
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE designar **LUCÍOLA DE SOUZA MOURA**, ocupante do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-4, de Assessor Técnico III, da Secretaria de Governo, para responder, interinamente, pelo Cargo em Comissão de Superintendente de Articulação da Gestão Governamental, no período de 10 de julho a 07 de setembro de 2006.

Secretaria de Governo do Estado do Piauí, em Teresina(PI), 07 de julho de 2006.

MERLONG SOLANO NOGUEIRA
Secretário de Governo
P. P. 2466



ESTADO DO PIAUÍ. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 22 DE 20 DE JUNHO DE 2006

Altera o § 2º do art. 98 da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, nos termos do art. 74, § 2º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. - O § 2º do art. 98 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98.
§ 2º. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do mandato governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembléia Legislativa, na forma da Lei Complementar.”

Art. 2º. - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em Teresina. (PI), 20 de junho de 2006.

Dep. THEMÍSTOCLES FILHO -
Presidente

Dep. JURACI LEITE
1º Vice-Presidente

Dep. MARINHO
2º Vice-Presidente

Dep. MORAES SOUSA FILHO
1º Secretário

Dep. FLÁVIO NOGUEIRA
2º Secretário

Dep. FERNANDO MONTEIRO
3º Secretário

Dep. FLORA IZABEL
4º Secretário

Dep. MAURO TAPETA
1º Suplente

Dep. MARDEN MENEZES
2º Suplente

P. P. 2461



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 22 DE 20 DE JUNHO DE 2006

Altera o § 2º do art. 98 da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, nos termos do art. 74, § 2º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. - O § 2º do art. 98 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98.

§ 2º. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do mandato governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da ultima vaga, pela Assembléia Legislativa, na forma da Lei Complementar.”

Art. 2º. – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em Teresina.
(PI), 20 de junho de 2006.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **JURACI LEITE**
1º Vice-Presidente

Dep. **NERENHO**
2º Vice-Presidente

Dep. **MORAES SOUSA FILHO**
1º Secretário

Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**
2º Secretário

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**
3º Secretário

Dep. **FLORA IZABEL**
4º Secretário

Dep. **MAURO TAPETY**
1º Suplente

Dep. **MARDEN MENEZES**
2º Suplente